

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALESSANDRA STREMEL PESCE RIBEIRO

PRODUTOS DA FLORESTA E A PROMOÇÃO DA
SOCIOBIODIVERSIDADE: A CADEIA PRODUTIVA DO MEL DOS POVOS
INDÍGENAS DO XINGU

CURITIBA

2021

ALESSANDRA STREMEL PESCE RIBEIRO

PRODUTOS DA FLORESTA E A PROMOÇÃO DA
SOCIOBIODIVERSIDADE: A CADEIA PRODUTIVA DO MEL DOS POVOS
INDÍGENAS DO XINGU

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Gestão Ambiental, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Junior Ruiz Garcia

CURITIBA

2021

Produtos Da Floresta e a Promoção da Sociobiodiversidade: a Cadeia
Produtiva do Mel dos Povos Indígenas do Xingu

Alessandra Stremel Pesce Ribeiro

RESUMO

O presente artigo propõe discutir as implicações de projetos de sustentabilidade, com foco no desenvolvimento de cadeias produtivas de valor para a proteção da sociobiodiversidade em Terras Indígenas. Foram analisados dados sobre a produção e comercialização de mel de *Apis mellifera* (abelha-europa) na Terra Indígena do Xingu (TIX). O produto, comercializado desde 2003 em São Paulo, possui certificação orgânica e ambiental, vinculadas a uma marca: *O mel dos índios do Xingu*. As certificações e a marca são estratégias que objetivam valorizar a identidade indígena e seus territórios tradicionais. O mapeamento sistemático de informações envolveu: a caracterização de diferentes *stakeholders* (indígenas, Associações, ONG, consumidores); e os elementos atribuem valoração diferenciada ao produto, em especial a certificação ambiental. As informações foram submetidas à análise da matriz SWOT, metodologia consagrada à avaliação de cenário que permitiu uma perspectiva ampliada dos impactos positivos e negativos desta iniciativa. Evidenciou-se evidenciou a relevância dessa iniciativa econômica para a TIX e para outras Terras Indígenas de Mato Grosso, para as quais os bons resultados obtidos com a comercialização do mel servem de modelo. A análise também apontou para os desafios envolvendo a produção em escala comercial, tais como: as questões de logística para o escoamento da produção; a necessidade de capacitação continuada dos apicultores e das associações; e a repartição dos benefícios.

Palavras-chave: Sociobiodiversidade 1. Povos Indígenas 2. Certificação Ambiental 3. Sustentabilidade 4. Xingu 5.

ABSTRACT

This article aims to discuss the implications of sustainability projects, focusing on the development of productive chains for the protection of sociobiodiversity in Indigenous lands. Data on the production and trade of honey from *Apis Mellifera* (bee-Europe) in the Xingu Indigenous Land (TIX) were analyzed. Such product, commercialized since 2003 in São Paulo state, holds organic and environmental certification, linked to a brand known as "O mel dos índios do Xingu". Certifications and the brand are strategies that seek to enrich

the indigenous identity and their traditional territories. The systematic information mapping involved: the characterization of different stakeholders (indigenous peoples, Associations, NGOs, consumers); and the referred features provide a unique value to the product, especially the environmental certification. The information were submitted to a SWOT matrix analysis, a methodology established for scenario assessment, allowing an ample perspective of the positive and adverse impacts of the initiative. The relevance of the economic initiative of honey commercialization for TIX and other Indigenous Lands of Mato Grosso was evidenced, for which the good results obtained. The analysis also pointed to the challenges involving production on a commercial scale, such as: logistical issues for the flow production; the need for continued training of beekeepers and associations; and the sharing of benefits

Keywords: Sociobiodiversity 1. Indigenous People 2. Environmental Certification
3. Sustainability 4. Xingu 5.

1 INTRODUÇÃO

A proteção da sociobiodiversidade e a manutenção da floresta em pé são preocupações cada vez mais presentes na agenda nacional e internacional (CUNHA & ALMEIDA, 2001; SOUZA, 2009). Nesse sentido, conexões entre biodiversidade e desenvolvimento sustentável expressas na elaboração de políticas ambientais tem se mostrado essenciais. Uma estratégia possível é o desenvolvimento de iniciativas voltadas à relação sistêmica entre diversidade biológica e saberes tradicionais.

Os povos tradicionais ganham espaço na agenda ambiental como detentores de saberes particulares sobre a natureza. Uma das características das chamadas populações tradicionais é a adoção de modelos produtivos de baixo impacto ambiental. (CARNEIRO DA CUNHA & ALMEIDA, 2001). O Estado brasileiro define povos tradicionais como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”

(BRASIL, 2007¹). Essa definição contida no Decreto 6040 (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais) enfatiza a relação simbiótica entre ambiente, saberes e trajetórias de vida, constituindo o território como um espaço socialmente produzido.

As Terras Indígenas são áreas da União destinadas às comunidades indígenas com a finalidade de assegurar o direito aos seus territórios tradicionalmente ocupados, considerando: a preservação e reprodução física e cultural; seu bem-estar e sua qualidade de vida, conforme preconizado nos Artigos 231 e 232 da Constituição Federal (CF) de 1988. Embora as terras indígenas sejam patrimônio da União, os povos indígenas possuem autonomia sobre seus territórios, o que significa dizer que as decisões tomadas pelos grupos e seus representantes devem ser respeitadas pelos não indígenas. Além da CF outros dispositivos legais e orientações internacionais garantem aos povos indígenas (originários) a autonomia para a gestão territorial, como a Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) 169 e o Decreto N° 7.747/2012 que Instituiu a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PNGATI). Em comum esses dois dispositivos abordam uma política de direitos humanos para os povos originários pautados, por um lado, no princípio fundamental da autodeterminação dos povos; por outro no conceito de território.

O conceito de território é central para compreender as relações que os povos originários mantêm com seus espaços biofísicos. Em contraposição à terra, compreendida como uma mercadoria e, portanto, alienável; o território é inalienável, pois é um espaço de uso coletivo, dotado de sentidos, de significados, portador de memórias e identidade. As relações ali desenvolvidas, não são apenas de uso dos recursos, mas são constituídas por vínculos sociais, rituais e espirituais que dão sentido a um modo de vida particular. (ALMEIDA,2004; LITTLE,2002)

O desenvolvimento de propostas economicamente viáveis e ambientalmente sustentáveis em Terras Indígenas devem considerar as territorialidades particulares das populações envolvidas. Tais iniciativas ainda capazes de promover a biodiversidade, tem-se mostrado uma estratégia, tanto no mercado empresarial (FERRO ET AL, 2006) quanto para conservação

¹ Decreto 6040 Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

ambiental (FEARNSIDE; 1999, 2003). Algumas propostas bem-sucedidas resultam de projetos de geração de renda e fortalecimento institucional desenvolvidos por organizações da sociedade civil e comunidades locais da Amazônia legal. O presente artigo avalia uma dessas iniciativas: a produção e comercialização do mel de abelhas *Apis mellifera* na Terra Indígena do Xingu (TIX).

O presente artigo se propõe a discutir as implicações de um projeto de sustentabilidade, que visam o fortalecimento de comunidades locais a partir de uma análise sobre a implantação da apicultura e as estratégias da comercialização do mel. A iniciativa, desenvolvida pelo Instituto Socioambiental (ISA) na TIX, foi considerada promissora por adquirir selos de certificação orgânica e ambiental e ter seu produto reconhecido no mercado nacional (VILLAS-BOAS ET AL. 2017).

O mel do Xingu é comercializado desde 2003 na cidade de São Paulo. O produto também recebeu a certificação do selo @Origens Brasil, lançado em 2016, e desenvolvido pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA²). A consolidação da cadeia produtiva do mel possibilitou o desenvolvimento de outros produtos, como o óleo de pequi, a produção de mel de abelhas sem ferrão, a pimenta e o sal de aguapé, iniciativas em diferentes fases de estruturação.

O estudo foi realizado com base no levantamento de dados primários e secundários sobre a iniciativa desenvolvida na TIX. O mapeamento sistemático de informações obtidas envolveu: 1) a caracterização dos *stakeholders*; 2) os elementos práticos e discursivos que atribuem valorização diferenciada ao mel produzido na TIX; 3) os desafios da iniciativa produtiva e suas fragilidades.

O artigo está organizado em 3 seções, além desta introdução e das conclusões: a primeira consiste na discussão bibliográfica sobre as relações entre certificação ambiental e o mercado da sociobiodiversidade; a segunda apresenta os materiais e métodos utilizados para a relação da pesquisa; e a

² O IMAFLORA é uma organização da Sociedade Civil que atua desde 1995 com iniciativas de desenvolvimento sustentável para reduzir emissões de carbono. A instituição desenvolveu certificações ambientais como estratégia de mapear e regular a procedência dos produtos comercializados, com destaque para os produtos madeireiros e não madeireiros.

terceira apresenta os resultados obtidos na TIX com os processos de certificação, problematizando seu alcance e limitações.

2 CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL E O MERCADO DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Ao avaliar produtos com certificados de procedência orgânica e ambiental, como são as certificações conferidas pelo selo @Origens Brasil, é necessário considerar diferentes *stakeholders* que compõem a cadeia, em especial produtores e consumidores; bem como sua inserção na economia de mercado.

Segundo consta no site do IMAFLORA³, o selo Origens Brasil@ possui a dupla função de garantir ao consumidor dos centros urbanos que o produto é proveniente de modelos de manejo de baixo impacto ambiental, praticado por populações tradicionais; e assim valorizar e fortalecer práticas culturais e territórios tradicionais. A proposta é aproximar produtores e consumidores através de um aplicativo de celular, via *QR code*, a partir do qual esses últimos podem conhecer melhor o território de origem do produto e sua importância ambiental (VILLAS-BOAS *et al.*, 2017). Em tese a aderência ao selo pelos produtores/extrativistas possibilita a valorização da produção, o fortalecimento territorial e a proteção ambiental. Ainda de acordo com essa perspectiva, os selos de certificação possuem um papel potencialmente estratégico no fortalecimento das associações de base, elo essencial de articulação entre produtor e mercado.

Ferro *et al.* (2006) ao analisar o investimento de empresas no mercado da biodiversidade chama atenção para o necessário estabelecimento de parcerias entre empresas e comunidades. As parcerias garantem a extração manejada dos recursos e propõem a autonomia econômica das comunidades. Segundo os autores, a crescente importância da questão ambiental se contrapõe às concepções conservadoras segundo as quais a não agressão ao ambiente seria mais custosa, impactando sobre a lucratividade. Ao contrário, o

³ Disponível em <www.origensbrasil.org>.br Acesso em outubro de 2020.

investimento no mercado da biodiversidade traria oportunidades técnico-econômicas.

Segundo Portilho (2005) a temática ambiental se institui no cenário de uma crise ambiental e passa a ter na ideia de desenvolvimento sustentável um elemento direcionador para superação da crise. A produção e consumo passam a ser importantes para um quadro de crise ambiental. Por um lado, a importância ambiental deu maior visibilidade aos “povos da floresta” como agentes da conservação (SANTILLI, 2007). Por outro, emerge uma demanda de mercado pautada nos valores de conservação e na mudança de estilos de vida e padrões de consumo, portanto as certificações ambientais surgem para atender a essas demandas. (OLIVEIRA, 2011).

Oliveira (2011) ao analisar como a certificação ambiental da castanha-do-brasil contribui para a sustentabilidade econômica dos extrativistas chama atenção para pontos interessantes: 1) a certificação é uma ferramenta almejada pelas comunidades, pois aumentariam o valor do produto e dariam maior independência na sua comercialização; 2) de modo geral as comunidades possuem lacunas para organização da comercialização, como a gestão do negócio, ou mesmo dificuldades de escoamento; o que dificulta a consolidação das cadeias produtivas; 3) as dificuldades de gestão para obtenção da certificação resulta na necessidade de apoio do Estado e de parceiros para elaboração e execução de projetos; 3) a certificação seria a consequência da melhoria institucional das associações dos produtores e não sua causa.

Desse modo, a certificação ambiental promove a agregação de valor, melhorando os ganhos dos produtores. A certificação ambiental também transforma a cadeia de comercialização, cujos produtores, por meio de suas associações, detém maior controle, dependendo menos dos atravessadores. Mudanças são atrativas aos produtores, não apenas como alternativa de melhoria dos rendimentos, mas por promover (potencialmente) a valorização do seu trabalho e de seus modos de vida mediante seu mercado consumidor.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Esta seção apresenta a área de estudo, a metodologia de coleta e análise utilizada. Uma breve caracterização do Parque Nacional do Xingu (PIX),

considerando seus aspectos sócio-históricos se faz necessária para compreender a importância de iniciativas de sensibilização a sociedade para a proteção da sociobiodiversidade. Nos materiais são descritos os dados e, por fim, é indicada a metodologia de análise utilizada.

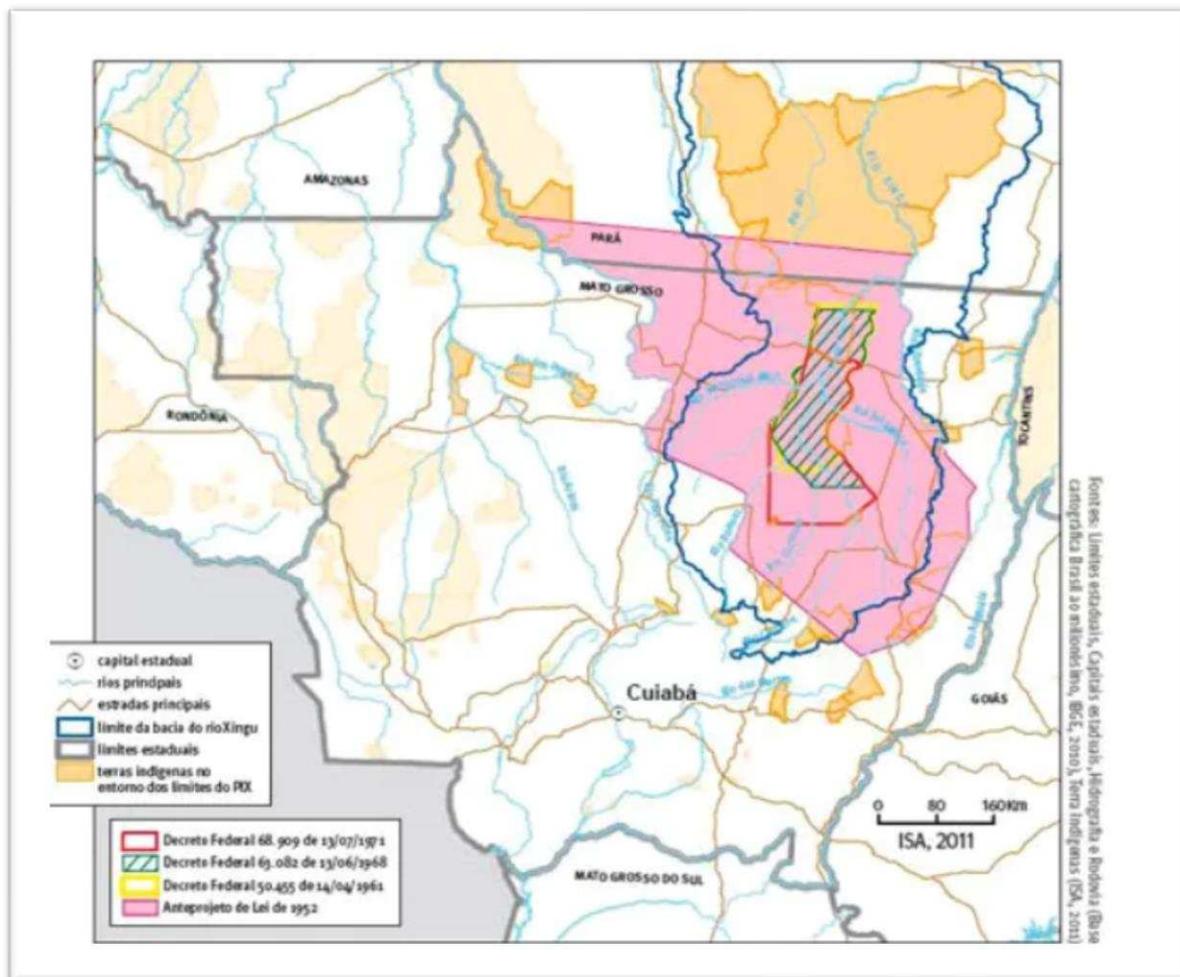
3.1 ÁREA DE ESTUDO: A TERRA INDÍGENA DO XINGU -TIX

A TIX possivelmente é o território indígena mais diverso e emblemático do Brasil (VILLAS BOAS *et al.*, 2017): composto por 16 etnias distribuídas em uma área com aproximadamente 2 milhões de hectares (FUNAI, 2020). A criação do Parque Nacional do Xingu (PIX), em 1961 pelo Decreto Federal 50.455, a partir de uma iniciativa dos Irmãos Villas Boas que mobilizou diversos setores da sociedade ao longo de toda a década de 1950. (MENEZES, 1999).

Na época de sua criação, o Parque Nacional do Xingu foi fundamental para proteção das populações indígenas: não apenas aquelas ali residentes, mas outras que se encontravam em situação de risco e foram deslocadas para a região do Xingu. (VILAS-BOAS *et Al.* 2017; AMT *et al.*, 1998; MENEZES, 1999).

Os limites do território indígena foram alterados várias vezes até sua configuração atual, como é possível identificar na Figura 1. Nota-se que o traçado original de 1961 compreendia uma área maior do que a atual, estabelecida definitivamente pelo Decreto 68.909 de 1971, o qual separou o território Kayapó (TI Capoto Jarina), sendo os dois territórios divididos pela BR-080. (ISA, 2011).

FIGURA 1: EVOLUÇÃO DOS LIMITES DA TIX AO LONGO DOS ANOS.



FONTE: ISA, 2011.

Inicialmente o território indígena foi denominado Parque Nacional do Xingu, no entanto, com o fortalecimento político indígena a nomenclatura “Parque” foi rejeitada. Na visão de seus moradores, o termo Parque está associado à visitação e ao exótico, perpetuando uma visão dos povos indígenas como reminiscência do passado (VILLAS BOAS *et al.*, 2017). Em substituição foi adotado o termo Terra Indígena do Xingu (TIX), expressão ligada à noção de territorialidade, a qual possibilita identificar os vínculos sociais, simbólicos e rituais que os grupos estabelecem com seus espaços biofísicos (LITTLE, 2002).

Até meados da década de 1970, as cabeceiras do Xingu permaneceram relativamente protegidas, no entanto a abertura de rodovias (BR-163, BR-158 e BR-080) e o incentivo do Governo à agropecuária intensificaram a ocupação (VILLAS BOAS *et al.*, 2017). Uma das consequências foi a redução dos limites

da TIX (Figura 1). Tais iniciativas conduziram fragmentação de espaços tradicionalmente utilizados por povos indígenas (CUNHA & FASSBINDER, 2013).

A criação do então Parque do Xingu foi fundamental para a preservação da sociobiodiversidade, salvaguardando o conhecimento ecológico dos povos indígenas, o qual os coloca não apenas como mantenedores, mas como produtores da sociobiodiversidade (ROBERT *et al.*, 2012). No entanto, essa diversidade está ameaçada, pois atualmente a TIX é uma “ilha de florestas cercadas por fazendas de soja e gado” (ISA; 2011: p.200). A Figura 2, a seguir ilustra o contraste entre o território indígena e não indígena.

FIGURA 2: CONTRASTE DE PAISAGEM NOS LIMITES DA TIX



FONTE: ISA 2011.

A expansão do agronegócio no Estado de Mato Grosso exerce grande pressão sobre os biomas da Amazônia e Cerrado, e, em especial sobre as áreas protegidas. Dados divulgados pelo Instituto Centro de Vida (ICV) no estado em 2020 apontam para o crescimento de 89% do desmatamento ilegal. A região do Xingu não está alheia às pressões fundiárias: segundo o Instituto Socioambiental, em 2020 cerca de 10 milhões de árvores foram derrubados na bacia do Xingu. Dois dos municípios próximos à TIX, Gaúcha do Norte e Paranatinga apresentaram elevados índices de desmatamento ilegal (ISA, 2020). O desmatamento e as pressões para a ampliação do agronegócio representam dois fatores de risco para as atividades que dependem da biodiversidade, em especial a produção do mel.

3.2 MATERIAIS

Foram levantados dados sobre a cadeia produtiva do mel de abelha *Apis* e suas estratégias de comercialização, as quais culminaram na busca para obtenção de certificações ambientais para sua valorização no mercado. Para a análise das informações foi necessária identificar como e sob quais condições a proposta de produção comercial de mel surgiu e quais estratégias foram adotadas para sua eficácia. A preocupação com as origens da iniciativa e seus desdobramentos se justifica à medida inspirou outros povos e territórios indígenas a implementar a apicultura. O impacto positivo da apicultura realizada na TIX sobre outros povos foi identificado a partir de registros coletados em primeira mão durante a IV Assembleia da Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT), realizada em 2019.

A comercialização do mel foi uma atividade precursora para a estruturação das cadeias produtivas xinguanas, cuja construção se deu de forma conjunta e participativa com os moradores da TIX e sua associação representativa a Associação da Terra Indígena do Xingu (ATIX). Segundo (VILAS-BOAS *et al*, 2017), a apicultura teve início na década de 1990, como um pleito das lideranças indígenas para o desenvolvimento de alternativas econômicas e geração de renda. O debate conjunto, estabelecido entre ISA e ATIX, levou, em 1996, a um estudo de prospecção sobre os produtos com maior potencial e a produção do mel foi considerada estratégica por combinar capacidade de comercialização e consumo sem comprometimento de outras atividades, dado seu caráter sazonal.

A estruturação da cadeia produtiva do mel do Xingu foi longa e envolveu diversas etapas e atividades, dentre as quais: capacitações contínuas, construção de estruturas de armazenamento e produção, certificação sanitária, garantia de procedência orgânica; e diálogo constante entre diferentes stakeholders – indígenas, associações indígenas, ISA, compradores e público consumidor. Ao final o produto obteve as certificações orgânica e ambiental, o que possibilitou maior valor agregado.

Ao todo 04 etnias (Kaiabi, Yujá, Ikgeng e Kisêdjê) e 24 aldeias aderiram ao projeto que ainda carece ampliar sua capilaridade no interior da TI para abranger um maior número de aldeias e etnias⁴.

A entrada do produto no mercado nacional ocorreu em 2003, a partir de um acordo firmado com uma grande rede de supermercados e a adoção de estratégias para a diferenciação do produto: criação de uma marca valorizando o lugar e a identidade indígena – “Mel dos Índios do Xingu”; obtenção da certificação orgânica; e certificação ambiental emitida pelo IMAFLORA.

3.3 MÉTODOS

Este estudo foi desenvolvido a partir do levantamento de dados bibliográficos, documentais e coleta de dados primários. O início da pesquisa se deu com o levantamento bibliográfico, o qual, segundo Gils (2008), é composto por artigos científicos e livros, textos cujo material foi previamente analisado. A análise bibliográfica permite estabelecer uma interlocução sobre o tema proposto, ampliando seu entendimento. A pesquisa documental objetivou o mapeamento de documentos de primeira e segunda mão, segundo Gils (*idem*), documentos de primeira mão são aqueles que não receberam tratamento analítico (cartas, reportagens, *sites*, fotografias, etc); já documentos de segunda mão receberam algum tipo de análise (relatórios, tabela de dados, etc). Para esta pesquisa foram priorizados documentos em primeira mão, em especial reportagens sobre produtos da sociobiodiversidade, sites sobre iniciativas de valorização destes produtos e certificação ambiental.

Também foi realizada um levantamento primário de informações, durante a participação da autora na IV Assembleia da FEPOIMT, na Terra Indígena Portal do Encantado, em 2019. Naquela ocasião a autora realizava um levantamento sobre iniciativas produtivas dos povos indígenas de Mato Grosso e conversava com lideranças e representantes de Associações Indígenas. Durante o encontro a autora conversou com representantes da ATIX sobre o histórico, desafios e resultados obtidos, na visão dos entrevistados, com a comercialização do mel. Este tema também foi apresentado em Assembleia,

⁴ Comunicação oral coletado pela autora em 2019.

quando foi possível registrar a relevância da iniciativa entre outros povos indígenas, alguns dos quais também estavam desenvolvendo a apicultura.

Os levantamentos produzidos foram submetidos às análises para possibilitar a descrição de características do fenômeno e as relações entre as variáveis (GILS, 2008). Após essa etapa inicial de coleta de dados foi empregado a matriz SWOT, possibilitando uma análise de cenário sobre a produção e comercialização do mel certificado do Xingu. A construção da matriz SWOT não foi elaborada de forma participativa, envolvendo diferentes *stakeholders*, sua utilização foi uma estratégia para avaliação do cenário interno e externo da cadeia produtiva do mel, considerando os múltiplos aspectos envolvidos.

A sigla em inglês traz quatro dimensões articuladas de análise: *Strenghts* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças). A ferramenta ainda divide os ambientes internos (Forças e Fraquezas) e externos (Oportunidades e Ameaças). Vale destacar que as Forças e Fraquezas correspondem aos aspectos intrínsecos das estratégias e ações adotadas pelo grupo; já as Oportunidades e Ameaças projetam cenários relacionados aos fatores externos, que podem influenciar o grupo.

QUADRO 1: DIAGRAMA DA MATRIZ SWOT

		fatores positivos (ajuda)	fatores negativos (atrapalha)
Origem do fator	Interna	FORÇAS	FRAQUEZAS
	Externa	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS

FONTE: Adaptado de DANTAS & MELO, 2008

A análise SWOT foi inicialmente elaborada para identificar a posição estratégica de uma empresa, efetuando uma análise de riscos e cenários (DANTAS & MELO, 2008). No entanto, por sua eficácia para análise de cenário, a SWOT passou a ser aplicada em outros contextos, como a avaliação de

programas em Unidades de Conservação, projetos socioambientais, e de desenvolvimento turístico⁵.

Para a análise de cenário da produção e comercialização do mel do Xingu foram avaliados aspectos culturais, ambientais e econômicos. Cabe salientar que para os fatores externos avaliou-se ainda o impacto da apicultura sobre outros *stakeholders*, a saber: público consumidor e demais territórios indígenas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A comercialização do mel – *Apis Melífera* foi uma atividade precursora para a estruturação das cadeias produtivas xinguanas, realizada de forma conjunta entre: ATIX, indígenas 4 etnias que participam da produção apícola e ISA. Segundo (VILAS-BOAS *et al*, 2017), a apicultura teve início na década de 1990, como um pleito das lideranças indígenas para o desenvolvimento de alternativas econômicas e geração de renda. O debate conjunto, estabelecido entre ISA e ATIX, levou, em 1996, a um estudo de prospecção sobre os produtos com maior potencial para comercialização, pautados em critérios como: 1) a sazonalidade da produção, ou seja, atividades menos invasivas às práticas cotidianas; 2) a biodiversidade e o conhecimento indígena sobre a paisagem; 3) Atividades com potenciais para atender o mercado sem deixar de lado o consumo familiar.

De acordo Vilas-Boas *et al*. (2017), na prospecção realizada foram identificados produtos agrícolas que valorizavam o conhecimento indígena e possuíam demanda no mercado regional, como a produção de mandioca e derivados. Entretanto, a produção em escala comercial exigiria o aumento dos roçados, o que poderia impactar o ambiente e demais atividades cotidianas, pois exigiria maior dedicação à atividade agrícola.

Já o mel de *Apis melifera* se mostrou atrativo por diferentes motivos: 1) elevado número de colmeias; 2) produto utilizado consumido cotidianamente; 3) ambiente diversificado e estratégico para conservação, localizado na transição entre Cerrado e Amazônia; 4) variedade de floradas e qualidade do mel,

⁵ Para verificar a amplitude da Matriz Swot foram consultados: Projetos e avaliações do Instituto Chico Mendes (ICMbio); além dos trabalhos de Fernandes *et. al.*, 2020; e Dantas & Melo, 2008.

naturalmente orgânico; 5) demanda reprimida no Brasil à época, já que o fornecimento para o mercado interno era insuficiente.

Foram vários os desafios enfrentados, como a adequar uma atividade extrativa às exigências da apicultura e a inserção do produto no mercado:

“(...) a experiência de se criar um animal para produzir excedente de forma continuada já era, em si, uma novidade. Outra inovação consistia em estruturar um negócio e estabelecer uma relação de mercado com a sociedade envolvente, algo que demandava a presença de parceiros que os assessorassem nesse caminho. Um desafio adicional, igualmente considerável, era desenvolver uma atividade que pretendia envolver vários povos da TIX em uma única estratégia compartilhada”. (VILAS-BOAS *et al*; 2017: p. 63).

Uma primeira tentativa de comercialização, ainda sem o selo de certificação, foi a venda para o mercado local, na cidade de Canarana (MT). No entanto, conforme o representante da ATIX relatou à autora em 2019, a venda não foi bem-sucedida, pois a população local apresentou resistência à compra do mel, dado o preconceito, pois para os não-indígenas o mel era percebido como “sujo”, produzido sem a higiene necessária. A alternativa foi conquistar mercados fora: os grandes centros urbanos com foco em São Paulo. A estratégia adotada, segundo Vilas-Boas *et al.* (2017), consistia em chamar atenção para a relação entre o produto e a biodiversidade, valorizando o conhecimento indígena e o território do Xingu. Assim, o selo de certificação orgânica e, posteriormente, a certificação ambiental se mostrou essencial para a consolidação do produto no mercado. Cabe notar que, confirmando os apontamentos de Oliveira (2011) as certificações ocorreram após um longo trabalho de consolidação da iniciativa, fortalecimento da ATIX e capacitação dos seus participantes.

A primeira parceria foi estabelecida em 2003, com a rede de supermercados Pão de Açúcar⁶. A inclusão do mel indígena no portfólio de produtos da rede de supermercados só foi possível pela adoção de estratégias visando a valorização do produto, a saber: a criação” de uma marca: *Mel dos Índios do Xingu*; a obtenção de certificação orgânica (inicialmente pelo selo do

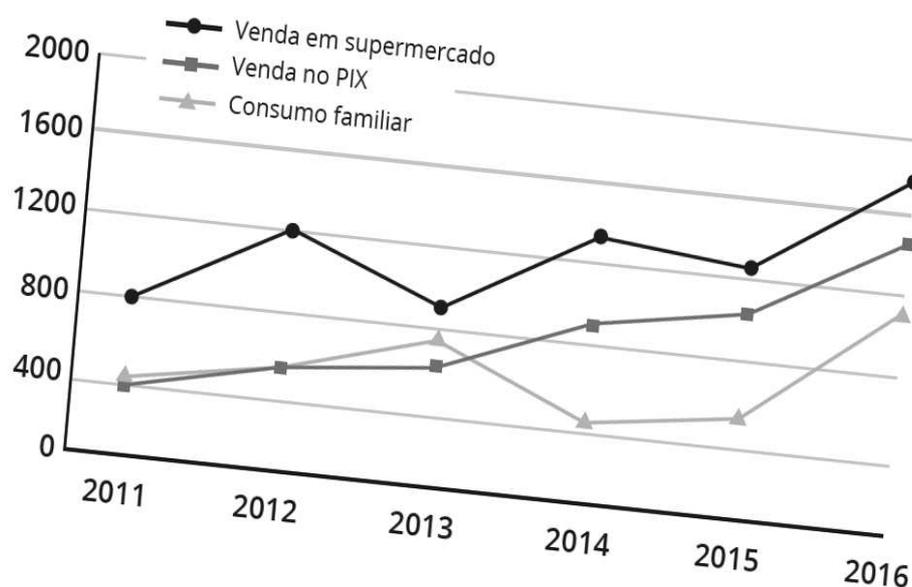
⁶ O Pão de Açúcar em 1999 havia criado o Programa Caras do Brasil, o qual, segundo divulgado pela empresa, teve o “propósito incentivar o desenvolvimento da cadeia de produção alimentar sustentável, com foco em pequenos fornecedores de produtos representativos das diferentes culturas culinárias regionais” (GRUPO PÃO DE AÇUCAR, 2020).

Instituto Biodinâmico (IBD) e, posteriormente, através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA); a agregação de valor socioambiental com a certificação promovida pelo selo @Origens Brasil, do IMAFLORA.

Nota-se na Figura 3 que a certificação e a estratégia de vincular uma marca ligada a sociobiodiversidade possibilitou o crescimento das vendas para o mercado brasileiro. Embora tenham ocorrido pequenas quedas na comercialização, o que pode ser explicado pela sazonalidade ou pelas dinâmicas produtivas internas, de modo geral a comercialização para supermercados manteve tendência de crescimento. Já a comercialização da produção no interior da TIX manteve-se em progressivo crescimento. Nesse sentido, vale destacar que a produção de mel foi incorporada também à merenda escolar, o que certamente impactou positivamente a comercialização no interior da TIX.

Apesar dos cuidados com a garantia de produção para subsistência, nota-se uma queda acentuada entre 2013/2015, em contraste com o aumento da comercialização. No entanto, no período seguinte o consumo familiar acompanhou a alta da produção comercial.

GRÁFICO 1: PRODUÇÃO DESTINADA À COMERCIALIZAÇÃO E AO CONSUMO FAMILIAR (2011-2016)



FONTE: VIILAS BOAS ET AL, 2017.

A consolidação do mel do Xingu no mercado nacional a partir da certificação de procedência e qualidade permitiu que o produto obtivesse valor superior à média nacional. Deste modo, a certificação ambiental atribuiu ao produto maior valor agregado. No Quadro 2, a seguir as Forças e Fraquezas, Oportunidades e Ameaças relacionadas à produção e comercialização do mel do Xingu são apresentadas

QUADRO 2: MATRIZ SWOT DO MEL PRODUZIDO NA TI DO XINGU

	PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
AMBIENTE INTERNO	FORÇAS	FRAQUEZAS
	<ul style="list-style-type: none"> · Sazonalidade na colheita: permite outras atividades produtivas e práticas cotidianas · Soberania alimentar: parte da produção voltada ao autoconsumo e merenda escolar · Cadeia produtiva estruturada operando nos mercados interno (dentro da TI) e externo. · Impulsionou a estruturação de outras cadeias produtivas (pimenta, pequi, sal de aguapé, etc.) · Valorização dos saberes tradicionais · Fortalecimento das Associações de base - Fortalece a preservação da qualidade ambiental, fonte primordial da subsistência das comunidades e de sua cultura. 	<ul style="list-style-type: none"> · Baixa escolaridade para administração do negócio (ainda que o quadro esteja mudando). · Alta rotatividade dos produtores devido aos modelos tradicionais de divisão do trabalho e vida familiar · O modelo comunitário sobrecarrega os apicultores e gera discussões internas relacionadas a repartição dos rendimentos · Limitação para atender o aumento da demanda · Limitação de infraestrutura necessária de algumas aldeias, considerando a extensão do território
AMBIENTE EXTERNO	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	<ul style="list-style-type: none"> · Valorização do produto no mercado consumidor · Possibilita maior visibilidade ao território indígena e de seus moradores · Permite a aproximação do consumidor às temáticas da preservação ambiental e diversidade cultural; · O êxito do projeto atualmente é modelo para outros povos indígenas e TIs · Valor pago pelo produto acima do preço médio de mercado. 	<ul style="list-style-type: none"> · Falta de políticas públicas adequadas a realidade local para o apoio das atividades extrativistas · Dependência de investimentos externos para ampliação das aldeias participantes · Público-alvo restrito a poucos segmentos da sociedade nacional, limitando o alcance da mensagem impressa no produto <ul style="list-style-type: none"> · Parcerias limitadas - Degradação ambiental no entorno da TI e mudanças climáticas afetando a produção

FONTE: A autora (2021).

Os resultados obtidos com o mel no Xingu motivaram outras iniciativas, como o caso da comercialização do mel das abelhas sem ferrão, ainda em processo de consolidação. Outros produtos da sociobiodiversidade também são desenvolvidos na TIX e tem viabilizado troca de saberes entre populações

tradicionais (rede de sementes e pimenta), valorização de saberes ambientais (sal de aguapé) e recuperação ambiental (rede de sementes e óleo de pequi⁷).

A estruturação da cadeia produtiva do mel proporcionou o fortalecimento da ATIX e demais associações. Com a obtenção das certificações orgânica e ambiental o incremento dos recursos permitiu a melhoria da infraestrutura das associações, sobretudo da ATIX, que passou a ter maior autonomia financeira para investimentos. Sabe-se que um dos maiores entraves para as Associações de base é a escassez de recursos, levando muitas vezes à inadimplência e à fragilização de sua atuação. (Dados da autora – Levantamento Socioprodutivo das TI's do Estado de Mato Grosso, 2020).

A iniciativa de produção do mel possibilitou a emergência de um mercado interno à TI: parte da produção é comercializada no Programa Nacional de Merenda Escolar (PNAE) reforçando, nas escolas, hábitos alimentares indígenas. Vale salientar que, inicialmente, a escolha do mel como iniciativa voltada à comercialização, foi uma opção pelo fortalecimento da soberania alimentar.

Apesar das Forças do produto acima mencionadas, a produção do mel apresenta, segundo a análise SWOT (Quadro 2), Fraquezas, entendidas como limitações da produção interna, escoamento, repartição da renda, continuidade do trabalho dos apicultores. A baixa escolaridade⁸ é um ponto de atenção, ainda que nos últimos anos a escolaridade média da população jovem tenha aumentado na TIX, a baixa capacitação profissional requer a continuidade de instituições, notadamente o ISA, para o apoio administrativo. A infraestrutura e escoamento da produção é outro ponto de atenção, pois nem todas as aldeias possuem estrutura adequada para a produção e armazenamento, restringindo a participação.

Ainda a apicultura é percebida como uma atividade transitória, praticada por jovens solteiros, ao estabelecer família a dedicação é menos intensa, dada às atribuições do chefe de família, que deve assumir outras atividades. A

⁷ A comercialização do óleo de pequi pelos Kisêdjê, produto também certificado pelo selo @Origens Brasil, é valorizada nos mercados interno e externo, sendo premiada, em 2019 pela ONU

⁸ A baixa escolaridade é mencionada por Vilas Boas *et Al.* (2017) e reforçada nas falas das lideranças indígenas presentes na IV Assembleia da FEPOIMT em 2019. Durante assembleia a necessidade de capacitações continuadas para autonomia na gestão de projetos foi uma das principais demandas.

rotatividade dos apicultores implica em permanentes capacitações, prejudicando a efetividade do projeto (VILAS-BOAS *et. Al.*, 2017). A repartição dos benefícios é outro problema, pois surgiram reclamações sobre a divisão igualitária dos lucros obtidos para comunidade, pois nem todas as famílias dedicavam-se com a mesma intensidade à atividade. Uma solução foi, paralelamente ao modelo de repartição comunitária, instalar o modelo de repasse direto às famílias produtoras, cabendo às aldeias optarem pela forma de ingresso monetário dos lucros. Vilas-Boas *et. al.(idem)*., indicou que nos povos que optaram em receber os lucros individualmente, como os Kaiabi, houve menor rotatividade de apicultores e, paralelamente, maior dedicação à atividade.

A adequação das comunidades indígenas às exigências de um mercado consumidor voltado a valorização da sociobiodiversidade, pode ser compreendida como um elemento de reafirmação da identidade étnica, tornando-se uma dobradiça entre o mundo dos brancos (não-índios) e indígenas (GUERREIRO, 2015). No entanto, a penetração do produto no mercado nacional é pequena, e a própria capacidade produtiva limita sua ampla divulgação. Coloca-se em questão o alcance desse mercado e da própria certificação ambiental como instrumento transformador de modelos e padrões de consumo.

No entanto, para outros povos indígenas inspirados pelas iniciativas do Xingu, a comercialização de seus produtos sempre foi um desafio, mas a obtenção dos selos é por eles compreendida como uma forma de valorizar seus territórios tradicionalmente ocupados, e seus conhecimentos.

Atualmente, um dos maiores desafios enfrentados pelos produtores de mel do Xingu vem de fora da TI: são as mudanças climáticas e o avanço ostensivo do agronegócio. Tais fatores representam uma ameaça às floradas, às abelhas, e à manutenção da qualidade do mel, que os diferencia como produtores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de produção do mel do Xingu, comercialização e inserção no mercado nacional foi longa. O modelo dialógico entre ISA e populações indígenas, *stakeholders* portadores de conhecimentos distintos, mas com

objetivos comuns, - a proteção do território indígena -, foi fundamental para a consolidação da iniciativa.

Os resultados obtidos com o mel no Xingu motivaram a ampliação de produtos no mercado da sociobiodiversidade, viabilizando a geração de renda com maior valor agregado e a manutenção da floresta em pé. Biodiversidade permanentemente ameaçada pelos avanços da agroindústria.

Nesse sentido, a certificação ambiental pode ser compreendida como instrumento de valorização de áreas estratégicas para a preservação ambiental, pois dá visibilidade ao tema para os consumidores, localizados nos grandes centros urbanos. Os produtos com certificação ambiental atingem um pequeno segmento da sociedade, reduzindo o poder de comunicação que a identidade do produto se propõe a passar. As dificuldades de atingir segmentos mais amplos esbarram nos preços, mais altos devidos a escala de produção e à valorização do produtor. Outro entrave, menos pragmático, são os significados embutidos neste tipo de consumo, os quais passam por temas como meio ambiente, consumo consciente, valorização da diversidade, etc. No entanto, o consumidor final é uma ponta da cadeia, do outro lado estão as populações tradicionais, cujos efeitos da certificação, ao menos no Xingu, pois contribuem para o fortalecimento: do território e das associações de base.

A análise realizada por meio da matriz SWOT evidenciou a relevância da iniciativa para a TIX e outras Terras Indígenas de Mato Grosso, para as quais os bons resultados obtidos com a comercialização do mel servem de modelo. Por outro lado, não são poucos os desafios apresentados: o processo de certificação envolve alterações nas formas tradicionais de relacionamento com o mercado, uma vez que torna necessário atender aos padrões de qualidade e padronização da produção; a iniciativa implica a produção conjunta, organização associativa e algum grau de consenso entre os participantes; ainda demanda uma regularidade na produção que pode alterar/impactar formas tradicionais de trabalho.

Esta e outras iniciativas desenvolvidas no Xingu possuem paralelos em outras regiões do país. É notório que há um segmento de mercado em ampliação vinculados aos produtos da floresta e de seus moradores. A certificação ambiental aponta para uma estratégia de valorização, pois evidencia as

populações, seus saberes e territórios. No entanto, outras pesquisas comparativas se fazem necessárias para aprofundar o tema.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas. Processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, vol. 6, n 1, p. 8~32, 2004.

_____ Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito. Belém: **Cadernos do Naea**, n.10, p.163-96, 1989.

ALMEIDA, Mauro W. B. Direitos à Floresta e Ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **RBCS**. São Paulo: vol. 19, n 55, pç. 33-53, 2004.

BRASIL. **Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm>. Acesso: 10 out. 2020.

_____ **Constituição Federal** de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso: 10 out. 2020.

CARNEIRO DA CUNHA, Manoela; ALMEIDA, Mauro W. B. Populações Indígenas, Povos Tradicionais e Preservação da Amazônia. In.: **Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação para conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios**. Orgs.: João P. R. Capobiano et. al. São Paulo: ISA e Estação Liberdade, p. 184-193. 2001.

CUNHA, Julia Regina dos Santos & FASSBINDER Carla T. K., De Invisíveis da Floresta a Visíveis pelos Militares: ditadura civil-militar e povos indígenas – uma história inacabada. **XI Seminário de Estudos Históricos**. Universidade FEEVALE, Nova Friburgo RS. P. 1-19. 2013

DANTAS, Nathallye Galvão de Sousa; MELO, Rodrigo de Sousa. O Método de Análise SWOT como ferramenta para promover o diagnóstico turístico de um local: o caso do município de Itabaiana. **Caderno Virtual de Turismo**. João Pessoa: v.8; n 1, p. 118-130. 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Editora Hucitec. 1996.

FEARNSIDE, P.M. Serviços ambientais como estratégia para o desenvolvimento sustentável na Amazônia rural. p. 314-344 In: C. Cavalcanti (ed.) **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. Editora Cortez, São Paulo. 1997.

_____. Biodiversity as an environmental service in Brazil's Amazonian forests: risks, value and conservation. **Environmental Conservation**. Lausanne: v. 26, p. 305-321, 1999.

_____. Conservation Policy in Brazilian Amazonia: Understanding the Dilemmas. **World Development**, 31/5, p. 757-779, 2003.

_____. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. **Acta Amaz.**, Manaus, v. 36, n. 3, p. 395-400, 2006.

FERNANDES, Ana Paula D.; HOEFLICH, Vitor Afonso; SILVA, Ivan Crespo & SOUZA, Maria Freire. Fatores limitantes da Gestão de Produtos Florestais Não-Madeireiros na APA de Guaratuba. **Ciência Florestal**. Santa Maria: v. 30; abr. p. 323-334. 2020.

FERRO, Ana Flávia Portilho; BONACELLI, Maria Beatriz Machado; ASSAD, Ana Lúcia Delgado. Oportunidades Tecnológicas e Estratégias Concorrenciais de Gestão Ambiental: o uso sustentável da biodiversidade brasileira. **Gestão e Produção**. Campinas: v.13, n.3, p.489-501, set.-dez. 2006.

GILS, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**., São Paulo: Atlas, 2008.

GUERREIRO, Antonio. Quarup: transformações do ritual e da política no Alto Xingu. **Mana**, Rio de Janeiro: v. 21, n. 2, p. 377-406, 2015

MENEZES, Maria Lúcia Pires de. Parque Indígena do Xingu. A Construção de um território estatal, São Paulo, Imesp–Unicamp, 1999

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Almanaque Socioambiental do Parque Indígena do Xingu, 50 anos**. São Paulo, 2011.

LITTLE, Paul Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: **Série Antropologia**, UNB, p. 1-32. 2002.

OLIVEIRA, Fabiana Ikeda. **Certificação da castanha-do-brasil e o desenvolvimento sustentável**: análise dos programas de certificação e sua aplicação nos empreendimentos amazônicos castanheiros. Brasília: Dissertação de mestrado, UNB. 2011.

PORTILHO, F. **Sustentabilidade Ambiental, Consumo e Cidadania**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

ROBERT, PASCALE DE ET AL. A beleza das roças: agrobiodiversidade Mebêngôkre-Kayapó em tempos de globalização. **Boletim Museu. Paraense. Emílio Goeldi. Ciências. Humanas.**, Belém, v. 7, n. 2, p.339-369., 2012

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e Novos Direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2007.

SOARES ZUIN, Luís Fernando; ZUIN, Poliana Bruno. Produção de alimentos tradicionais: valorizando o produto pecuário por meio de certificações de indicação de procedência. **Revista Colombiana de Ciências Pecuárias**, Medellín, v.22, n. 3, p. 311-318, 2009.

SOUZA, Gabriela Coelho de, et. al. “Conhecimentos tradicionais: aspectos do debate brasileiro sobre a quarta dimensão da biodiversidade”. In: **Dilemas do acesso à biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais**. Direito, Política e Sociedade. Belo Horizonte: Método, 2009

TOURNEAU, François-Michel; KOHLER, Florent. Meu Coração Não Mudou. Desenvolvimento Sustentável, Pragmatismo e Estratégia no Contexto Amazônico Tradicional. In.: **Ambiente e Sociedade**, Campinas: V. XIV, nº 2, p. 179-199, jul./dez. 2011.

VILLAS-BOAS, André; GUERREIRO, Natalia; UNQUEIRA, Rodrigo Gravina Prates; POSTIGO, Augusto. **Xingu História de Produtos da Floresta**. São Paulo: Isa, 2017.